

OPINIÃO

O GOVERNO E O CONGRESSO

Marinho Josaphat

Josaphat Marinho

A exigência do governo de votação do projeto sobre contribuição de servidores para a Previdência é um desacato à soberania do Legislativo. Compreende-se que o Poder Executivo se esforce pela aprovação de certas proposições. É natural o contraste de opiniões entre os dois Poderes a respeito de determinadas matérias. Do confronto de tendências é que resulta, de ordinário, melhor disciplina legal dos problemas. A discussão sana equívocos, reduz excessos, proporciona o equilíbrio das deliberações. Por isso mesmo, quanto mais examinado um projeto, tanto maior é a probabilidade de acerto.

Discutir, porém, não se confunde com teimosia. Quando um projeto ou um assunto é rejeitado várias vezes pelo Parlamento, cabe ao governo o pudor de não insistir na sua pretensão. A representação nacional não é uma dependência do Executivo, antes fonte de decisões soberanas. Se a Câmara, ou o Senado, recusa repetidamente certa matéria, é que a consciência coletiva da organização manifesta divergência clara com a iniciativa governamental. Resta ao Executivo, em tais situações, buscar outras fórmulas, que não afrontem a convicção da maioria.

Se os Poderes são independentes e harmônicos, na forma da Constituição, um não deve impor ao outro sua vontade, violando o princípio de equilíbrio das instituições. Perseverar, no caso, não é virtude nem firmeza, mas desrespeito à convivência criteriosa e compreensiva.

O diálogo entre os Poderes deve ser delimitado pela ética. Quer dizer, um não constrange o outro, para conquistar apoio a pretensão, por mais importante que possa ser considerada. Também é de interesse público, ou coletivo, que a opinião de qualquer órgão do Estado não seja extorquida à base de pressão, de nenhuma natureza. Quando tal ocorre, desprestigiam-se as duas autoridades: a que exerce a coação e a que a admite. A que coage, porque revela abuso ou desvio de poder. A que suporta a coação, porque reflete fraqueza. Em ambas as situações, desfigura-se a ordem democrática, que pressupõe contenção e firmeza. De um lado, exige-se contenção de quem pleiteia, para que não haja descomedimento. De outro, impõe-se firmeza de quem deve responder ao pleito, para não revelar timidez e insegurança. Se quem pede ameaça, não confia na força da inteligência livre. Se quem é convocado a decidir vacila e muda de diretriz, e em prazo curto, a capitulação desfigura a imagem, que deveria ser inalterável. Pior é a repercussão no juízo da

coletividade, se se especula sobre transações contrárias à moralidade democrática, para obtenção de apoio, como observado pela imprensa. Conquistar e ceder o voto por negociação ofensiva do interesse público é procedimento oposto à legitimidade de qualquer proposição. A necessidade coletiva e a crise aconselham, por vezes, abdicar do rigor de certos princípios doutrinários, não a renúncia à ética, que é essencial às decisões no plano do Estado. Ora, a contribuição imposta aos servidores públicos, inclusive aposentados, para a Previdência foi

recusada quatro ou cinco vezes pelo Congresso Nacional, seguidamente. Não se entende, pois, que a matéria volte a ser reexaminada, e em deliberações apressadas. A coerência do Poder Legislativo não deve ser violada ou desprezada, e tão bruscamente.

A crise financeira invocada não pode conduzir a tanto, até porque não foi criada pelos servidores. Se necessários recursos extraordinários, outras soluções haviam de ser buscadas. Maior é a surpresa porque as rejeições se deram por motivos relevantes, como o da situação pre-

cária de grande parte dos servidores. Há quatro anos que o governo não lhes dá vantagem salarial. Não é justo submetê-los ao pagamento de uma contribuição, que reduz os recursos para a sobrevivência. A correção das decisões políticas caracteriza-se pela sabedoria de não agravar a situação dos economicamente fracos, ou de fontes limitadas de recursos. Nas horas de crise, sobretudo, cabe ampará-los, para que não aumente a inquietação social.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia

